

## MINISTÉRIO DA FAZENDA PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES **SEGUNDA CÂMARA**

Processo nº

: 11618.003571/2002-34

Recurso nº

: 148.741

Matéria

: IRPF - Ex.: 2000

Recorrente Recorrida

: GISELIA BARRETO DIAS : 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE

Sessão de

: 18 de outubro de 2007

## RESOLUÇÃON° 102-02.399

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por GISÉLIA BARRETO DIAS.

RESOLVEM os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, CONVERTER o julgamento em diligência para informar à Contribuinte que esta terá 30 dias para oferecer o recurso voluntário, nos termos do voto do Relator.

IACOMELLI NUNES DA SILVA

Relator e Presidente em exercício

FORMALIZADO EM: **n** 9 NOV 2007

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: NAURY FRAGOSO TANAKA, LUÍZA HELENA GALANTE DE MORAES (Suplente convocada), SILVANA MANCINI KARAM, LEILA MARIA SCHERRER LEITÃO, SANDRO MACHADO DOS REIS (Suplente convocado) e IVETE MALAQUIAS PESSOA MONTEIRO (Presidente). Ausentes, justificadamente, os Conselheiros: LEONARDO HENRIQUE MAGALHÃES DE OLIVEIRA e JOSÉ RAIMUNDO TOSTA SANTOS.

: 11618.003571/2002-34

Resolução nº

: 102-02.399

RELATÓRIO

Trata-se de auto de infração em face de omissão de rendimentos recebidos

de pessoa jurídica decorrente de trabalho com vínculo empregatício, dedução indevida a título

de contribuição à previdência social e dedução indevida a título de despesas médicas,

correspondente ao ano-calendário de 1999, conforme especificado à fl. 06 dos autos.

Não verifiquei nos autos a data em que a contribuinte foi intimada, razão

pela qual considero que a notificação do lançamento deu-se em 14 de outubro de 2002, data

em que foi apresentada a impugnação de fl. 01 a 02.

Através do acordeão de fls. 74 a 79, a 1ª. Turma da DRJ de Recife/PE

julgou o lançamento parcialmente procedente em parte.

Na data de 04/11/2005 a contribuinte foi intimada do acórdão de fls. 75 a 79

e em 22/11/2005, apresentou a petição de fls. 87 a 88, acompanhada da Declaração de Ajuste

Anual de Imposto de Renda de fls. 90/95, alegando não possuir meios para fazer o depósito

recursal, motivo pelo qual pediu que lhe fosse possibilitado o direito de recorrer "sem o

condicionamento do pagamento do valor equivalente a 30% (trinta por cento) sobre a

discriminada exigência fiscal."

O processo foi remetido ao Conselho, oportunidade em que lancei o

despacho de fls. 96 a 97, manifestando-me que o processo devia retornar à origem para que a

contribuinte fosse informada da possibilidade de recorrer sem a necessidade de realizar o

depósito recursal, desde que exercesse tal direito no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da

intimação.

A Presidente da Câmara, por meio do despacho de fls. 98/99, entendeu que

compete ao Colegiado decidir no sentido de reabrir ou não o prazo para interposição do

recurso.

Com tal despacho, inclui o processo em pauta para decisão do colegiado.

É o relatório.

: 11618.003571/2002-34

Resolução nº

: 102-02.399

VOTO

Conselheiro MOISÉS GIACOMELLI NUNES DA SILVA, Relator

Observo, inicialmente, que a exigência de depósito recursal como requisito de admissibilidade do recurso administrativo foi reconhecida como inconstitucional, pelo Supremo Tribunal Federal, razão pela qual a solicitação contida na intimação de fl. 84, à luz da Constituição Federal, não se mostrava legítima.

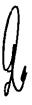
Outrossim, o artigo 48 da Lei nº 9.784, de 1999, estabelece que a Administração tem o dever de explicitamente emitir decisão sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência. Desta forma, tendo a contribuinte, <u>no prazo recursal</u>, manifestado seu interesse em recorrer sem efetuar o depósito recursal por ser hipossuficiente, caberia à Administração, em prazo hábil, informar à contribuinte que em face das disposições constantes no artigo 33, parágrafo segundo, do Decreto nº 70.235, de 1972<sup>1</sup>, poderia recorrer sem a necessidade de realizar o depósito recursal.

As alegações recursais, além de requisito essencial do recurso, integram o direito de defesa da contribuinte. Não adianta conferir direitos à sociedade se esta não é instruída e nem informada de como deve proceder para exercer seus direitos.

O exercício do direito de defesa, perante qualquer instância do aparelho de Estado, qualifica-se como requisito de legitimação dos atos estatais que impliquem restrição ou privação de direitos.

Não se pode perder de perspectiva, neste ponto, considerada a essencialidade da garantia constitucional da plenitude de defesa e do contraditório, que a Constituição da República estabelece, em seu art. 5°, incisos LIV e LV, que ninguém pode ser privado de sua liberdade, de seus bens ou de seus direitos, sem o devido processo legal, notadamente naqueles casos em que se estabelece uma relação de polaridade conflitante entre os interesses da Administração, de um lado, e dos administrados, de outro.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> § 2º Em qualquer caso, o recurso voluntário somente terá seguimento se o recorrente arrolar bens e direitos de valor equivalente a 30% (trinta por cento) da exigência fiscal definida na decisão, limitado o arrolamento, sem prejuízo do seguimento do recurso, ao total do ativo permanente se pessoa jurídica ou ao patrimônio se pessoa física. (Parágrafo acrescentado pela Lei nº 10.522, de 19.07.2002, DOU 22.07.2002)



: 11618.003571/2002-34

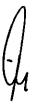
Resolução nº

: 102-02.399

Cumpre ter presente, bem por isso, na linha de decisões do Supremo Tribunal Federal (RTJ 183/371-372, v.g.), que o Estado, em tema de restrição à esfera jurídica de qualquer pessoa, não pode exercer a sua autoridade de maneira abusiva ou arbitrária, desconsiderando, no exercício de sua atividade, o postulado da plenitude de defesa, pois - cabe enfatizar - o reconhecimento da legitimidade ético-jurídica de qualquer medida imposta pelo Poder Público, de que resultem consequências gravosas no plano dos direitos titularizados pelas pessoas em geral, exige a fiel observância do princípio do devido processo legal (CF, art. 5°, LIV e LV), consoante adverte autorizado magistério doutrinário (MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, "Comentários à Constituição Brasileira de 1988", vol. 1/68-69, 1990, Saraiva; PINTO FERREIRA, "Comentários à Constituição Brasileira", vol. 1/176 e 180, 1989, Saraiva; JESSÉ TORRES PEREIRA JÚNIOR, "O Direito à Defesa na Constituição de 1988", p. 71/73, item n. 17, 1991, Renovar; EDGARD SILVEIRA BUENO FILHO, "O Direito à Defesa na Constituição", p. 47/49, 1994, Saraiva; CELSO RIBEIRO BASTOS, "Comentários à Constituição do Brasil", vol. 2/268-269, 1989, Saraiva; MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO, "Direito Administrativo", p. 401/402, 5ª ed., 1995, Atlas; LÚCIA VALLE FIGUEIREDO, "Curso de Direito Administrativo", p. 290 e 293/294, 2ª ed., 1995, Malheiros; HELY LOPES MEIRELLES, "Direito Administrativo Brasileiro", p. 588, 17<sup>a</sup> ed., 1992, Malheiros, v.g.). A jurisprudência dos Tribunais, notadamente a do Supremo Tribunal Federal, tem reafirmado a essencialidade desse princípio, nele reconhecendo uma insuprimível garantia, que, instituída em favor de qualquer pessoa ou entidade, rege e condiciona o exercício, pelo Poder Público, de sua atividade, ainda que em sede materialmente administrativa ou no âmbito político-administrativo, sob pena de nulidade da própria medida restritiva de direitos, revestida, ou não, de caráter punitivo (RDA 97/110 - RDA 114/142 -RDA 118/99 - RTJ 163/790, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - AI 306.626/MT, Rel. Min. CELSO DE MELLO, "in" Informativo/STF nº 253/2002 - RE 140.195/SC, Rel. Min. ILMAR GALVÃO - RE 191.480/SC, Rel. Min. MARCO AURÉLIO - RE 199.800/SP, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, v.g.):

## "RESTRIÇÃO DE DIREITOS E GARANTIA DO 'DUE PROCESS

OF LAW'. - O Estado, em tema de punições disciplinares ou de restrição a direitos, qualquer que seja o destinatário de tais medidas, não pode exercer a sua



: 11618.003571/2002-34

Resolução nº

: 102-02.399

autoridade de maneira abusiva arbitrária. ou desconsiderando, no exercício de sua atividade, o postulado da plenitude de defesa, pois o reconhecimento da legitimidade ético--jurídica de qualquer medida estatal - que importe em punição disciplinar ou em limitação de direitos - exige, ainda que se cuide de procedimento meramente administrativo (CF, art. 5°, LV), a fiel observância do princípio do devido processo legal. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem reafirmado a essencialidade desse princípio, nele reconhecendo uma insuprimível garantia, que, instituída em favor de qualquer pessoa ou entidade, rege e condiciona o exercício, pelo Poder Público, de sua que em atividade. ainda sede materialmente administrativa, sob pena de nulidade do próprio ato punitivo ou da medida restritiva de direitos. Precedentes. Doutrina." (RTJ 183/371-372, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

ISSO POSTO, voto no sentido de CONVERTER o julgamento em diligência, devendo o processo retornar à origem para que a contribuinte seja informada da possibilidade de recorrer sem a necessidade de realizar o depósito recursal, desde que exerça tal direito no prazo de 30 (trinta) dias a contar da intimação.

Sala das Sessões-DF, em 18 de outubro de 2007.

MOISES GIACOMELLI NUNES DA SILVA